



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 9

27 de Novembro de 2019

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h15 horas

Términus da sessão: 23h30 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino

Vice-Presidente da Mesa: Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



-----ATA N.º 9 -----

--- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aplicável por determinação do artigo 104.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do artigo 84.º do mesmo normativo, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, Fernando Rodrigues Louro, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Luís Marques dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Vera Lúcia Braz dos Santos, Irina Noel Matias Batista, Nuno Miguel Martins Pires, Filipe Serrano de Oliveira, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Alam Pereira, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Liliana Marques Alonso (em substituição de Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa), Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Telma Filipa Oliveira Simões, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos, Manuel António dos Santos Afonso, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha e Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco e André Filipe Arraia Gomes. -----

--- Faltaram à sessão José Manuel Coutinho Lopes, Catarina Maria Lagarto Marques, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Victor Manuel da Guia e Carlos Fatia Tezo.-----

--- Apresentaram justificação de ausência Catarina Maria Lagarto Marques, Victor Manuel da Guia e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata. ----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia.-----



el.
José
afu

- Ordem do Dia:-----
- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----
- 2. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2018;-----
- 3. Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2019 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----
- 4. Apreciação e Votação de Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2023 e Mapa de Pessoal para 2020;-----
- 5. Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2020-2023;-----
- 6. Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2019, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2019-2022, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas..-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- Passou-se de seguida à apreciação e votação das atas das sessões de 22/04/2019, 19/06/2019 e 10/09/2019 da Assembleia Intermunicipal da CIMLT.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão de 22/04/2019, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informou que não tinham votado Liliana Marques Alonso, Filipe Serrano de Oliveira, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro e André Filipe Arraia Gomes, por não participação na referida sessão.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão de 19/06/2019, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informou que não tinham votado Liliana Marques Alonso, Filipe Serrano de Oliveira, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro e André Filipe Arraia Gomes, por não participação na referida sessão.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão de 10/09/2019, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informou que não tinham votado ele mesmo Francisco Caneira Madelino, José Francisco Correia Afonso Marouço, Filipe Serrano de Oliveira, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro e Carlos



Orlando Mendes Pauleta, por não participação na referida sessão.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, prosseguiu a sessão informando que as moções deveriam ser entregues até às 15h00 do próprio dia da sessão e pediu que, embora uma moção do BE tenha dado entrada às 17h42, ou seja, fora do prazo previsto, se abrisse uma exceção.-----

--- Verificando-se que todos os presentes estavam de acordo que se abrisse uma exceção, usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, começando por dizer que acreditava ser do conhecimento geral a situação dramática que se vivia na América Latina, na maioria dos países, em que os Direitos Humanos eram violados todos os dias. Prosseguiu dizendo que fazia parte de um grupo de estudo e solidariedade com a América Latina e achou importante que os órgãos democráticos de soberania portugueses tomassem posição, denunciando aquilo que estava a acontecer em toda a América Latina. O senhor Deputado referiu que redigiu nesse sentido a Moção que iria apresentar, passando a ler a mesma: “Considerando que a Democracia e liberdade democrática não são conquistas eternamente garantidas, sem a contribuição permanente e constante da cidadania a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em 27 de novembro de 2019, decide: - solidarizar-se com todos os povos da América Latina, na sua luta pela Democracia, soberania sobre as suas riquezas naturais e pelo direito à paz e à vida ameaçadas recentemente por iniciativas golpistas e extremistas , que utilizando a religião, o fundamentalismo, o racismo, o ódio e a violência machista estão levando àquele continente o luto e a miséria sobre sociedades que até há bem pouco tempo eram democráticas, prósperas e de paz. Reiteramos a nossa confiança de que rapidamente e com a nossa solidariedade democrática internacional, a Democracia, as liberdades democráticas, o respeito pela vontade popular, a paz e o direito à vida rapidamente voltarão à vida quotidiana daquele continente, neste momento violentado em vários países. Condenamos o papel nefasto da administração norte-americana, através do seu Presidente Trump, no estímulo às situações que acima descrevemos.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, informando que a sua intervenção serviria também como Declaração de Voto da Bancada do PSD, que iria votar contra. Prosseguiu dizendo que o PSD se identificava claramente com a defesa da Democracia, com a soberania dos países sobre as suas riquezas naturais, com o direito à paz, com o direito à vida, não só da América Latina, mas de todo o mundo. Por outro lado, referiu que o PSD não se identificava nem acompanhava a generalização que a Moção perpassava, de ofensivas golpistas e extremistas, da utilização da religião, do fundamentalismo, do racismo, do ódio e da violência machista, que, segundo a Moção, levam o Continente à miséria. Prosseguiu dizendo que o PSD também não se identificava com a generalização do estímulo que o Presidente dos Estados Unidos deferia para todas



estas situações identificadas na Moção. Terminou dizendo que haveria com certeza razão e tema para discussão daquilo que era o sofrimento e algumas situações “pontuais” na América Latina, mas não se revia no texto que tinha sido apresentado. Em função do que tinha acabado de dizer iria votar contra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel António dos Santos Afonso (PS)**, começando por referir que o que ia dizer seria em nome pessoal. Disse que havia alguns aspetos na Moção que de facto faziam sentido e outros não faziam tanto sentido assim. Prosseguiu lembrando que Portugal era um país que mantinha relações diplomáticas com outros países. Países em que se encontravam milhares de portugueses, onde eram acolhidos, bem tratados, onde eles também prestavam o seu contributo ao desenvolvimento desses próprios países e não se podia transformar essas situações em algum desrespeito que existiam em moções. Na opinião do senhor Deputado, os presentes tinham a obrigatoriedade de dignificar este Órgão, que era a CIMLT. Por isso, prosseguiu dizendo que era normal que não se concordasse com algumas práticas que se faziam em países da América Latina, de desrespeito até. No entanto, esta Moção apresentada pelo BE, na opinião do senhor Deputado, era um pouco um emaranhado e não separava as coisas como elas deveriam ser separadas. Portanto, iria votar contra esta Moção por essas razões. Informou que o PS não tinha articulado nenhuma decisão de voto, mas da parte do senhor Deputado, da forma como a Moção tinha sido apresentada, não merecia a sua concordância. Os restantes membros do PS tomariam- a sua decisão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, achando curiosa a justificação de não se identificar com esta ou com aquela situação, quando a ideia geral era aquela que estava expressa nos considerandos, ou seja, a defesa da Democracia. Prosseguiu dizendo que quando não se identificava em parte com alguma coisa de algum texto não votava contra. Quanto muito abstinha-se. Votava contra quando era contra aquilo que determinado texto enunciava. A falta de coragem das intervenções anteriores, de dizerem que eram contra a Moção, levava a que dissessem que não se identificavam com um ponto ou outro. Segundo o senhor Deputado, os votos contra tinham sido feitos para quem se opunha a determinado texto, moção ou posição. Quando havia qualquer coisa a criar dúvidas existia a abstenção. Na ótica política do senhor Deputado, deviam reger-se por princípios claros e não por considerações de circunstância nem de pormenor. Deixou à consideração da consciência de todos, sendo certo de que aquilo que se estava a passar em muitos países da América Latina não eram circunstâncias de pormenor. Eram as liberdades democráticas, era a vida de todos os dias daquele povo. Em resumo, o senhor Deputado disse que mais valia dizerem que eram contra uma tomada de posição, do que dizerem que era devido a este ou aquele ponto. Terminou dizendo que este não era um ataque pessoal. Era uma posição política.---

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, iniciando a sua



intervenção dizendo que de início estava hesitante no seu sentido de voto, por achar que o princípio da Moção era um princípio acertado. Mas não admitia que o senhor Deputado do BE acusasse os deputados do PS de falta de coragem e de cretinice, lembrando que houve quem tivesse lutado para estarem ali naquele momento. De acordo com o senhor Deputado, aquilo que o senhor Deputado do BE quis fazer sua última intervenção levava a que não pudesse haver nenhum democrata que votasse a favor da Moção, porque ela contrariava o espírito da Democracia e da liberdade. E o apelo à consciência feito pelo senhor Deputado do BE tinha feito com que decidisse votar contra a Moção, consciente daquilo que estava a fazer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Gustavo Gaudêncio da Costa (PS)**, dizendo que também estava com algumas dúvidas sobre o seu sentido de voto e que estava mais inclinado para a abstenção. Se na verdade se revia em algumas preocupações que a Moção apresentava, também não se revia na generalização a todos os povos da América Latina. Após a intervenção do senhor Deputado do BE, o senhor Deputado disse ter deixado de ter dúvidas no seu sentido de voto. Se estava a pensar que havia algum tipo de virtualidades, de preocupações democráticas legítimas e honestas sobre alguns dos países da América Latina, quando tinha percebido que afinal o entendimento de Democracia para o senhor Deputado do BE tinha como exemplo a análise que tinha feito sobre a Venezuela, não podia deixar de votar contra a Moção, porque também tinha percebido qual era a intenção e profundidade daquilo que estava subjacente à Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro (PS)**, começando por dizer que não tinha dúvidas em como iria votar a Moção. Mas achava que era papel da Mesa chamar a atenção das pessoas que a Liberdade era diferente de libertinagem. Uma pessoa por estar eleita no presente Órgão não podia dizer aquilo que queria e o que pensava, ofendendo os outros. A Liberdade de cada um acabava nos direitos dos outros. Porque vir dizer neste Órgão aquilo que era dito antes do 25 de Abril, de que quem não é como nós é contra nós, não era Liberdade. E se havia pessoas que defendiam a Liberdade eram as pessoas do PS. Recordou que tinha tido familiares seus presos na Ditadura. E vir com o argumento de que quem não votava contra não tinha coragem, ou que quem não votava como o senhor Deputado do BE era contra a Liberdade, sinceramente essa não pegava. O senhor Deputado terminou a sua intervenção considerando que a Mesa deveria chamar a atenção porque estes não eram modos de se dirigirem às outras pessoas, só porque o único problema que tinham era terem uma posição diferente do senhor Deputado do BE.-----

--- Submetida à votação a **Moção do BE sobre a situação da América Latina**, a mesma **NÃO FOI APROVADA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 20 (PS e PSD);-----

--- Votos a favor: 8 (CDU e BE);-----



Handwritten signatures in blue and red ink.

--- Abstenções: 3 (PS – José Francisco Correia Afonso Marouço, Alam Pereira e Artur Fernando Salgado).-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, pretendendo lembrar o 25 de Novembro e a Democracia e, simultaneamente, festejar a vitória das Forças Armadas democráticas e do povo que a seu lado tinha lutado sobre os revolucionários de extrema esquerda, que tudo tinham feito para levar a jovem Democracia portuguesa para uma Ditadura comunista totalitária, que nunca tinha sido sufragada pelo povo português. Antes pelo contrário. Terminou a sua intervenção homenageando o regimento de Comandos, o Coronel Jaime Neves, os seus Oficiais e Praças e dando vivas à Democracia e a Portugal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel António dos Santos Afonso (PS)**, considerando fazer sentido falar na Assembleia sobre o 25 de Novembro. De facto, era uma data que a Democracia portuguesa não devia esquecer, porque tinha sido o término de uma situação que o País tinha atravessado, de grande convulsão política e que tinha terminado no 25 de Novembro. Prosseguiu dizendo que estava de acordo que tinha havido militares com uma participação positiva, como Jaime Neves e Ramalho Eanes, para que tal pudesse acontecer. No entanto, era necessário frisar, porque era justo que se fizesse, que o PREC tinha terminado graças às intervenções do PS da altura. Apesar de nessa altura se viver um período ainda muito ténue da formação daquilo que tinha acontecido e de terem ocorrido, por exemplo, intervenções onde Mário Soares e Sá Carneiro estiveram juntos, na perspectiva do senhor Deputado o PS tinha tido um papel fundamental para que o PREC não tivesse tido as consequências que eram previsíveis, que seria nefasto e problemático para Portugal. O senhor Deputado também quis lembrar uma pessoa, por se recordar bem das palavras que tinha proferido na noite de 25 de Novembro. Referia-se a Belo Antunes, que tinha dito o seguinte: “a partir de hoje todos os partidos políticos que estão constituídos são necessários para a formação da Democracia que todos nós queremos”. Quis também lembrar o Grupo dos Nove. Segundo o senhor Deputado, havia um somar de situações que tinham sido importantíssimas. A coerência do Belo Antunes tinha sido excelente e as forças ditas vitoriosas nesse dia também souberam ser suficientemente humildes para que o 25 de Abril continuasse a ser o que hoje era. E que todos queriam que continuasse a ser.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, começando por dizer que falar sobre o 25 de Novembro fazia logo à partida não esquecer o 25 de Abril. Referiu que estavam com o 25 de Novembro, mas acima de tudo com o 25 de Abril. Mas, como dizia o Presidente da República, o 25 de Novembro era de todos os portugueses e não se renegava a História. Mas, na opinião do senhor Deputado, havia uma certa direita que queria sobrepor o 25 de Novembro ao 25 de Abril. E isso o PS não iria permitir.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, pretendendo reforçar a intervenção do senhor Deputado Artur Fernando Salgado. Efetivamente, o 25 de Novembro era uma data importante na consolidação da Democracia, mas não devia ser comemorada à parte e sem ter em conta a importância do 25 de Abril, que tinha sido na verdade aquilo que tinha tornado possível o 25 de Novembro. Portanto, não havia para o senhor Deputado comemorações do 25 de Novembro, esquecendo o 25 de Abril. As duas coisas tinham de ser anunciadas e comemoradas simultaneamente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, começando por dizer que o 25 de Abril era uma data que unia os portugueses e não conhecia nenhum País no mundo que tivesse uma data capaz de ser comemorada, unindo todos. Portanto, a data devia ser por esta razão preservada. Em segundo lugar, referiu que o 25 de Novembro era uma data importante, porque terminava duas aventuras: uma aventura esquerdista e uma aventura de um caudilhismo latino-americano de Spínola, totalitário, sob a liderança de Mário Soares e, no foro militar, por Melo Antunes. E da coragem de Costa Gomes, lembrando a prisão de Edmundo Preto, que tinha tomado a responsabilidade única, e por isso pagou com a prisão, das armas distribuídas aos militantes do PS. Também se tinha devido ao discernimento e capacidade de coragem de Sá Carneiro e de Freitas do Amaral, que lideraram a direita democrática. Em terceiro lugar, o senhor Presidente disse repudiar uma direita que ainda não tinha conseguido ser democratizada e que tentava fazer do 25 de Novembro a data alternativa ao 25 de Abril.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, dizendo, em nome da CDU, que também concordava com a afirmação de que a direita queria arranjar uma data alternativa para se rever, não se revendo no 25 de Abril. Prosseguiu referindo que não acreditava que toda a gente se revisse na mesma data e admitia, como democrata, que podia haver diversos entendimentos sobre a data. Recordou um livro editado há 2 anos, no Verão de 2017, do jornalista Miguel Carvalho, com o título "Portugal a Arder". Recomendou a leitura desse livro, porque tinha lá assuntos muito interessantes. Mais de 40 anos após o 25 de Novembro, poderiam ler relatos dos protagonistas que intervieram nessa altura, quer aqueles que andaram a por bombas, mesmo após o 25 de Novembro. Na opinião do senhor Deputado, essa é que é uma questão perplexa. Como é que a direita queria impor a comemoração do 25 de Novembro, quando ela própria, nem sequer no 25 de Novembro se revia. Lembrou o atentado que tinha causado a morte do Padre Max, que tinha acontecido com bombas postas pela direita, após o 25 de Novembro. Nesse livro, uma investigação jornalística que o senhor Deputado voltou a recomendar, estava muito bem explicado aqueles que se tinham agarrado à data e aqueles que tinham contrariado ou que tinham um entendimento diferente da mesma. Na opinião do senhor Deputado, não lhe parecia que não houvesse motivos



para se regozijarem dessa data, independentemente dos acontecimentos que na altura tinham ocorrido e que efetivamente tinha sido um golpe de direita.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, mencionando que, do ponto de vista político, concordava com o General Ramalho Eanes, que dizia que o 25 de Novembro, que era uma data fraturante, não se comemorava. Quando muito poderia ser lembrada. Prosseguiu dizendo que era natural que alguma direita nunca se tivesse identificado com o 25 de Abril. Mas alguma direita vivia das benesses da Ditadura. E considerava que, a nível histórico, nenhuma data tinha a veleidade de agradar a todos. Já se dava por contente que pelo menos agradasse à esmagadora maioria das pessoas. Mas, na opinião do senhor Deputado, o 25 de Novembro era uma criação sofista. Explicou que os sofistas na Grécia criavam uma narrativa artificial e à volta dessa narrativa respondiam com uma contra-narrativa. Ou seja, na opinião do senhor Deputado, querer colocar numa revolta corporativa de paraquedistas um golpe do PCP ou da extrema esquerda ou dos esquerdistas era a coisa mais obtusa que já tinha visto do ponto de vista histórico. Se alguém se preocupasse em ler os jornais e os documentos da altura verificava que tinha sido uma revolta corporativa dos paraquedistas de Tancos contra uma decisão do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, contra a extinção do destacamento de paraquedistas. Porque não tinham operacionalidade, porque estavam sublevados, porque não eram capazes de desempenhar a sua função militar. Ou seja, eles tinham-se reunido em Assembleia em Tancos e tinham decidido provar ao Chefe de Estado Maior das Forças Armadas que, apesar do que este dizia deles, tinham conseguido ocupar num ápice todas as bases aéreas do País. Tinha sido isto o 25 de Novembro. Que depois alguma direita militar tenha querido cavalgar o Grupo dos Nove e ajustar contas com o setor ligado a Otelo Saraiva de Carvalho ou Vasco Gonçalves, porque isto tudo se passava no contexto militar, o senhor Deputado disse estar certo e crente que do ponto de vista político e partidário não tinha havido nenhum envolvimento direto nestas movimentações. Até porque na altura quem dava cartas, muito mais do que qualquer partido, era o setor militar. Prosseguiu referindo que falar de uma forma inconsciente do 25 de Novembro e querer fazer deste um revanchismo contra o 25 de Abril era do mais obtuso e do mais salazarento que podia haver. A direita, como de programa político não tinha nada, tinha de andar à procura destas manobras de diversão para parecer que tinha alguns valores civilizacionais. E agarrou-se ao 25 de Novembro. Terminou a sua intervenção dizendo que o 25 de Novembro não tinha sido contra o 25 de Abril. Tinha sido um encontro militar, um ajuste de contas entre duas alas militares e estava convencido que os partidos políticos de Democracia portuguesa nada tiveram a ver com isso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, iniciando a sua intervenção dizendo que era impossível discutir História com quem era obtuso e não conseguia



ler nem ver. E o senhor Deputado BE só sabia ler o que lhe convinha. Ele esquecia-se que quem tinha posto as bombas tinham sido as forças do 25 de Abril. O Otelo. Esses é que tinham posto as bombas e tinham matado pessoas por todo o lado. Prosseguiu lembrando que a direita democrática era democrática. O que não era democrático era o BE e o PCP, que queriam impor a sua ideologia a toda a gente. E quem não era por eles era contra eles. Terminou dizendo que sempre tinha sido contra o BE e PCP, porque achava que eles não respeitavam ninguém. Com o PS, PSD e CDS conseguia-se conversar, chegar a acordos e levar a vida para a frente. Com o BE e PCP era completamente impossível, tirando um caso ou outro.

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal.**

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, começando por questionar, relacionado com a atividade Portugal 2020, qual o resultado das sete verificações físicas efetuadas. Queria saber também como estava o resultado da submissão dos relatórios finais da candidatura do sistema de avaliação à resposta de risco de cheias na Lezíria do Tejo. Quis saber também como estava a decorrer o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo. Prosseguiu questionando como estava a estabilidade do Quadro de Pessoal inicial e a continuidade dos técnicos. Sobre a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT pretendeu saber qual era o critério da aquisição e da seleção de produtos na CCE. Quis ainda saber se existia manual de procedimentos para as inspeções de segurança em obras, se o mesmo era público e onde estava publicado. Sobre a reabilitação urbana, e de acordo com a experiência da CIMLT, perguntou como se devia proceder quando um edifício classificado de interesse municipal era deixado pelo proprietário ao abandono, de tal modo que indiciava uma atitude propositada para que ele entrasse em declínio, impossibilitasse a sua manutenção e alimentasse a especulação imobiliária. Sobre a reabilitação urbana de edifícios classificados de interesses municipal, questionou sobre que intervenção podia ter a CIMLT e os seus técnicos, ou se era um assunto meramente municipal.

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que em relação à reabilitação urbana de edifícios classificados de interesses municipal, as questões eram de competência exclusivamente municipal e que aquilo que a CIMLT fazia no âmbito da reabilitação urbana era criar as condições a um nível macro, para que se pudesse tratar de uma forma eficaz e eficiente um conjunto de ARUs (Áreas de Reabilitação Urbana), propostas pelas várias Câmaras. Nesta área, a CIMLT concentrou conhecimento e recursos, que foram muitos importantes. Em relação à CCE CIMLT, explicou que se tratava na maioria dos casos de



concursos de vários milhões de euros, por norma todos eles internacionais, eram sempre concursos públicos. Ou seja, havia um concurso que era feito pela CIMLT, que por norma internacional, e depois cada uma das Câmaras que aderira a esse concurso fazia um ajuste direto, mas de acordo com este concurso internacional. No que diz respeito ao Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, informou que estava a correr bastante bem. Era um projeto inovador, sempre com uma componente municipal, mas que em termos estava a correr bem. As várias verificações físicas eram feitas pelos técnicos da CIMLT, no âmbito daquilo que tinha a ver com a Contratualização, sendo estas depois reportadas à Autoridade de Gestão, neste caso do Alentejo 2020. O senhor Presidente destacou ainda que a CIMLT e os Municípios que integram a Comunidade eram aqueles que, no global, mais fundos tinham executados no País, no âmbito do Portugal 2020 e Alentejo 2020. Sobre a segurança em obra, informou que era algo também feito a nível intermunicipal. A CIMLT tinha dois técnicos ao serviço da Lezíria do Tejo para esta área. Ou seja, ao invés de cada Câmara estar preocupada em contratar um técnico de segurança em obra, o que na maioria dos casos não se justificava ter em permanência em cada Câmara, eram os dois técnicos da CIMLT que davam acompanhamento de segurança em obra a todas as Câmaras, obtendo assim uma economia de escala. Em relação ao Quadro de Pessoal, deu conta de que era estável. Tinham, ainda assim, algumas dificuldades com aquilo que tinham sido as várias competências que tinham vindo para a CIMLT. Referiu que, eventualmente no futuro, iriam contratar mais alguém. Mas as pessoas que trabalhavam na CIMLT estavam a fazer um excelente trabalho e às vezes até um bocadinho mais do que aquilo que eram as suas funções. Mas as coisas tinham conseguido ser geridas. Prova disso era o caso concreto dos Fundos Comunitários e do seu nível de execução. Aproveitou para informar que tinha estado naquele dia numa reunião em Lisboa, onde se se tinha falado de inovação, e a CIMLT tinha sido dada como exemplo nalgumas áreas, pelos consensos que tinha conseguido estabelecer e com isso criado as condições para que estes resultados fossem visíveis, não só nos Fundos, mas também nos projetos intermunicipais, com a colaboração de todas as Câmaras, onde todos aqui reunidos criaram as condições para terem resultados melhores do que aqueles que teriam se fosse do ponto de vista individual.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, considerando que havia um problema com alguma gravidade na região, ao qual tinha sido dada alguma importância recentemente, e que não via no Relatório de Atividades. Falava do Plano Intermunicipal de Segurança Rodoviária. O Plano tinha sido desenvolvido, tinha detetado um conjunto de pontos negros, tinha sido ainda criado um Observatório e não havia desenvolvimento nenhum, pelo menos aparentemente. Este era um problema sério, que não se resolvia com medidas pontuais e estavam muito atrasados na sua resolução. O senhor Deputado deu como exemplo a Estrada Nacional 118.



Terminou a sua intervenção questionando se existia alguma intenção de procurar solução, pelo menos para os pontos negros que tinham sido detetados, isto porque o relatório de atividades era omissivo nesta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, lembrando que a CIMLT tinha assinado um protocolo com o Ministério da Administração Interna e já tinham adquirido algum material software e hardware, para um conjunto de análises que era necessário fazer. Mas não havia, do ponto de vista técnico, pontos negros na Comunidade. Explicou que a definição de “ponto negro” era uma definição rígida que, do ponto de vista das Estradas de Portugal, MAI e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, a região não tinha. Mas, por outro lado, tinha aquilo a que também acabava por se chamar de pontos negros, que eram locais onde efetivamente havia mais propensão para haver acidentes, mas que não entravam nos tais critérios de definição de “ponto negro”. O que não queria dizer que não fossem situações que preocupavam. Prosseguiu dizendo que, após a assinatura do protocolo tinha ficado acordado encontrar uma forma de haver financiamento para a contratação de um técnico. Tinha de ser alguém de facto especializado. Explicou que esta situação se enquadrava um bocadinho no que tinha referido sobre o aumento de competências da CIMLT em diversas áreas. Esta em concreto não era uma competência que a CIMLT tinha, mas que entendeu que era importante. Daí ter sido até a primeira CIM a fazer este protocolo. O senhor Presidente disse que estas questões eram preocupantes porque a redução que tinha ocorrido nos acidentes, mortos, feridos, etc, tinha sido nas grandes vias e neste momento o problema que estavam a ter era nas pequenas vias, onde não se verificava essa redução, onde supostamente até se andava mais devagar e onde não deveria haver tantos problemas. Em resumo, referiu que naquele momento não tinham condições para, na Comunidade, ter alguém alocado só a esta área, fruto das outras áreas que estavam a consumir recursos, nomeadamente humanos. Tinham por isso de voltar a insistir nesta matéria, até porque a alternativa era a Comunidade contratar sem ter financiamento e não costumava ser essa a política da CIMLT. Ou seja, era algo que tinham de voltar a insistir com a Administração Interna e efetivamente criar as condições para poderem ter o financiamento para esse técnico.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, pretendendo saber, relativamente ao Programa Cultura para Todos, qual era o montante financeiro que estava afeto e qual a lógica do processo de implementação. Quis também saber como tinha sido feita a candidatura, quais os princípios de gestão do programa e de elegibilidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, respondendo que, em termos de verbas, estavam a falar de cerca e 1 milhão e meio de



Euros, financiados pelo FEDER. Prosseguiu referindo que a CIMLT tinha naquele momento um técnico a colaborar neste projeto. Na prática, o Cultura para Todos tinha um conjunto de projetos-chapéu, que seriam geridos diretamente na CIMLT e seriam iguais para todos os Municípios. Depois tinha um conjunto de projetos que seriam individualizados em cada uma das Autarquias.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, perguntando que dimensão desses 1 milhão e meio de Euros estavam para projetos-chapéu e para projetos individuais e quais os projetos-chapéu. Questionou ainda se este projeto não deveria ter sido discutido na Assembleia Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, informando que estavam a falar de projetos-chapéu de cerca de 850 mil Euros e os restantes 650 mil Euros eram destinados aos restantes projetos. Os projetos eram distribuídos, como sempre tinha feito a CIMLT, de acordo com a forma como eram distribuídos os Fundos Comunitários por cada uma das Câmaras. Mas estavam disponíveis para estarem ali os 11 Presidentes de Câmara a discutir todos os projetos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, considerando que esta era uma matéria que achava exemplar. Havia uma região, havia 850 mil Euros e havia duas pulsões distintas. Uma pulsão de um autarca que queria gerir e queria fazer a feção, e outra que era a intervenção cultural intermunicipal. Isto era válido para todos os projetos. Na opinião do senhor Presidente, esta matéria não era matéria para estar apenas um técnico a trabalhar nela. Por outro lado, o senhor Presidente disse continuar sem saber quais eram os projetos-chapéu e qual a sua lógica e objetivo. Isto era política e era do presente Órgão. Portanto, reiterou a pergunta de pretender saber quais eram os projetos-chapéu.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que em relação àquilo que eram as tomadas de decisão do Conselho Intermunicipal, a questão era simples. Tinha sido perguntado a cada um dos senhores Presidentes de Câmara se em determinadas áreas estariam disponíveis a ir em conjunto com todos. Felizmente, era esta a norma da CIMLT há muitos anos, em projetos globais, sempre em conjunto. A decisão era simples. Se cada um queria fazer uma candidatura ou se estavam disponíveis para fazer a tal candidatura global, obviamente sempre tendo em conta as questões específicas de cada Município. Prosseguiu informado que o Cultura para Todos tinha a ver com uma intervenção nas chamadas comunidades desfavorecidas. A ideia era que através da Cultura era possível intervir, melhorando aquilo que eram as comunidades desfavorecidas. O senhor Presidente adiantou que poderia fazer chegar ao senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT todos os projetos-chapéu, mas o que importava aqui era que todas as Autarquias, na decisão que tinham tomado, tinham tido essa



decisão de vir em conjunto. Quem decidia as políticas, os valores a afetar, etc, eram os Presidentes de Câmara, que se sentavam no Conselho Intermunicipal. O doutor Nuno Domingos era um técnico altamente qualificado, que tinha vindo dar um conjunto de contributos, não só na elaboração da candidatura Cultura para Todos. Tinha vindo também colaborar com os Presidentes de Câmara e com o Primeiro-Secretário da CIMLT sobre aquilo que deviam ser os projetos, tendo em conta aquilo que era possível ser financiado. Portanto, as decisões políticas tomadas por unanimidade pelo Conselho Intermunicipal tinham sido nessa matéria. Os Presidentes de Câmara tinham tomado uma decisão política de submeter uma candidatura e de aceitar um técnico do qual tinham as melhores referências e que era um exemplo nesta cidade e nesta região.-----

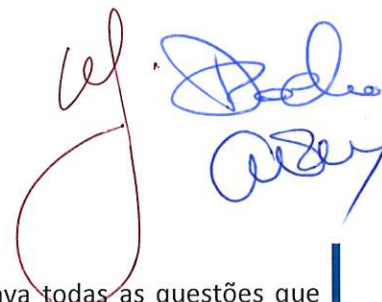
--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dizendo saber que o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal era dos maiores defensores de políticas horizontais. Mas quem votava o ponto 4 da Ordem de Trabalhos eram os senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal. Não eram os senhores Presidentes de Câmara. Quem aprovava era a Assembleia Intermunicipal. Por último, referiu que o mencionado técnico do Cultura para Todos, a distribuir dinheiro assim, havia de fazer os 30 anos de casa do doutor António Torres.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, afirmando que o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal votava como queria os pontos que queria. Mas não ofendia os técnicos da CIMLT. Prosseguiu dizendo que o doutor António Torres tinha 30 anos de casa, era o melhor Primeiro-Secretário Executivo que existia no País, era cobiçado por toda a gente e não se ia embora por uma questão de respeito e de amor a esta terra. Não merecia esse comentário.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, explicando que o que estava a dizer era que o Presidente da Assembleia Intermunicipal estava a colocar questões, até com grande calma e educação. E que faltava pouco estarem a elogiar a Secretária, face ao Presidente da Assembleia Intermunicipal. Isto era uma espécie de Democracia do senhor Deputado Francisco Colaço.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por lembrar que sempre tinha estado dentro do PS. Não tinha vindo de mais lado nenhum. Prosseguiu solicitando ao senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal que o doutor António Torres usasse da palavra para esclarecer alguns pontos do Projeto Cultura para Todos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, pedindo a palavra à Mesa para defesa de honra. Prosseguiu dizendo que o senhor Presidente da Assembleia



Intermunicipal tinha o direito de ter todo o tipo de discussões e colocava todas as questões que achasse pertinentes à gestão da CIMLT. O que não tinha o direito era de invocar o seu próprio nome e envolvê-lo na discussão de forma abusiva.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, afirmando que relativamente ao Projeto Cultura para Todos tinha saído o Aviso do Alentejo 2020, que tinha atribuído à Lezíria do Tejo 1 milhão e meio de Euros do Fundo Social Europeu (FSE). À semelhança do que era comum em todos os projetos que a CIMLT submetia a financiamento, havia uma primeira abordagem com os senhores Presidentes de Câmara e depois, como nos outros processos, eram chamados à reunião os respetivos Vereadores, neste caso da Cultura e Ação Social. Prosseguiu dizendo que o prazo para entrega da candidatura terminava no dia 30 de dezembro, caso não fosse adiado. Entretanto, tinham já ocorrido 4 ou 5 reuniões com os senhores Vereadores e com os respetivos técnicos, os quais se tinham revisto muito na candidatura do Sucesso Escolar, no sentido de haver uma coordenação do mesmo projeto em termos da CIMLT. Portanto, contratou-se, em regime de mobilidade, o doutor Nuno Domingos, para coordenar o processo do Cultura para Todos. O senhor Primeiro-Secretário prosseguiu informando que tanto o doutor Nuno Domingos, como ele próprio, tinham estado em todas as reuniões com os senhores Vereadores e técnicos, e tinha sido com eles que elencaram os projetos a submeter ao Alentejo 2020. À semelhança do Sucesso Escolar, haveria despesas que seriam efetuadas pela CIMLT e outras que seriam efetuadas pelos respetivos Municípios. Quanto aos projetos-chapéu, explicou que um deles, por exemplo, já era desenvolvido em Coruche, que era a Bienal das Artes. A CIMLT ia tentar desenvolver a Bienal das Artes em todos os Municípios. Prosseguiu dizendo que o nome da candidatura – Cultura para Todos - era de certa maneira falacioso, porque o projeto não teria cultura para todos. A candidatura falava em cultura envolvendo desempregados, desfavorecidos, minorias, deficientes e idosos. Ou seja, não seria para promover cultura para público em geral. Portanto, tinham de ter ações de cultura desenvolvidas no sentido de envolver os tais grupos mencionados atrás. E essa Bienal, por exemplo, teria o envolvimento de todos os Centros de Dia. Um outro projeto-chapéu casava com o Sucesso Escolar, ou seja, iria tentar envolver as crianças com algumas dificuldades na escola, colocando-as a fazer atividades culturais, integrando aí situações que já existiam nos Municípios e que iam acolher essas crianças, no sentido de terem essas atividades. Outro projeto-chapéu era levar música, através de grupos locais existentes nos Municípios, tentando a integração de músicos por exemplo nos Centros de Dia, cantando cantigas de outrora e envolvendo os idosos com alguns instrumentos musicais. O objetivo era fazer música e integrar pessoas que estivessem mais isoladas. Também estava previsto criar um coro intermunicipal, acolhendo imigrantes, com cantigas portuguesas e dos países de origem desses imigrantes, que depois faria



Handwritten signatures in blue ink.

espetáculos. Para além dos projetos-chapéu, depois havia projetos que seriam desenvolvidos pela CIMLT, que iriam promover também a integração destes grupos-alvo, no sentido de dar resposta aos indicadores que eram solicitados na candidatura. Terminou a sua intervenção dizendo que todas as candidaturas levadas a cabo pela CIMLT eram submetidas pelos técnicos, mas eram fruto das intenções e das pretensões dos Municípios associados, neste caso com a participação muito ativa de todos os técnicos da Cultura e da Ação Social, e dos respetivos Vereadores. Tinham sido eles a fazer esta candidatura que iria ser submetida.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, encerrando o presente ponto, que era para conhecimento da Assembleia.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2018.**-----

--- Submetido à votação o **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2018**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 33 (PS, PSD e CDU);-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2019 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Não havendo intervenções no Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação de Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2023 e Mapa de Pessoal para 2020.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, solicitando ao Conselho Intermunicipal que fizesse uma pequena apresentação sobre o referido ponto, que pudesse esclarecer melhor o ponto. A razão deste pedido era considerar que todos os Deputados da Assembleia não eram políticos profissionais. Vinham à Assembleia desempenhar a sua função cívica e tinham todo o direito de pedir esclarecimentos e que o Conselho Intermunicipal, constituído por políticos profissionais, pagos pelo erário público, fizessem a sua obrigação que era chegar à Assembleia e fazer uma pequena apresentação, fosse das Grandes Opções do Plano 2020-2023, fosse do Mapa de Pessoal para 2020. Não estavam a fazer favor nenhum à Democracia. Era uma obrigação. Na opinião do senhor Deputado, chegar à Assembleia e apenas perguntar se alguém tinha dúvidas,



uf.
Pedro Miguel César
Arraia

vindo de políticos profissionais, era vergonhoso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, alertando o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal de que este tipo de linguagem utilizada pelo senhor Deputado do BE conduzia a níveis de agressividade que não eram aceitáveis. Exemplificou com os termos usados, como inconsciência, vergonha e cobardia lembrou que estávamos em 2019. Assim, considerou que a linguagem podia ser mais civilizada, menos agressiva, para não gerar reações. E o senhor Deputado do BE tinha tido este registo em todas as suas intervenções. Pediu, por isso, que ficasse registado em ata que se manifestava incomodado com este tipo de linguagem e que se tal permanecesse ele mesmo começaria a reagir a essa linguagem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por afirmar que era funcionário da Administração Tributária e Aduaneira. Era a sua profissão. Prosseguiu dizendo que os seus dez colegas dos restantes Municípios também tinham todos a sua profissão e estavam naquele momento a desempenhar funções públicas, eleitos naturalmente como os senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Na opinião do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, essa conotação de políticos profissionais era o que dava azo a algumas coisas que andavam por aí. Explicou que era Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, tinha funções na CIMLT e tinha outras que desempenhava com muito gosto, mas lá por ser político profissional tinha de trabalhar 12, 13, 14 horas por dia, de segunda a domingo. Prosseguiu referindo que quando dizia que estava disponível para responder a todas as perguntas, não era por acaso. Lembrou que os senhores Deputados recebiam atempadamente todos os documentos da Ordem de Trabalhos. Disse não saber quais eram as funções que o senhor Deputado do BE exercia do ponto de vista profissional, mas tinha direito de ter algum tempo para estudar as matérias. E como já tinha referido, estar ali na sessão a fazer uma apresentação daquilo que eram as Grandes Opções do Plano ou o Orçamento era uma forma de, a seguir, poder ser criticado por estar a dar mais ênfase a uma coisa do que a outra. Portanto, de acordo com o senhor Presidente, com certeza que o senhor Deputado do BE teria várias questões e ele iria tentaria responder a tudo, bem como o doutor António Torres. Também o doutor Ricardo Portela, presente na sessão, poderia responder àquilo que era estritamente técnico. Portanto, o senhor Presidente disse que iria manter o procedimento que habitualmente tinha e que não era de nenhum pela Assembleia. Antes pelo contrário. Porque achava que estar ali a alongar a explicação seria até condicionar aquilo que eram as discussões das matérias. E isso não lhe parecia legítimo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado André Filipe Arraia Gomes (CDU)**, concordando com a globalidade do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. No entanto, não quis deixar de fazer um pequeno desabafo, que tinha mais a ver com a localização institucional da CIMLT e com o que isso



cel
Ad
adry

implicava. Na ausência da necessária Regionalização, cabia à CIMLT estar num nível intermédio entre aquilo que era o Governo Central e o nível municipal. Na opinião do senhor Deputado, neste nível intermédio, que correspondia então à região da Lezíria do Tejo, o Orçamento devia focar algumas das áreas que diziam respeito muito concretamente a esta região, nomeadamente uma estratégia para a agricultura, para o Tejo, para a fixação da população, etc. Para além disso, segundo o senhor Deputado, neste nível intermédio a Assembleia Intermunicipal deveria ter alguma palavra a dizer. Porque na ausência de definição de alguns destes eixos estratégicos ficava a CIMLT um pouco resumida a gestora de serviços. Alguns deles com muito valor, como as alterações climáticas ou a educação, mas parecia-lhe resumida apenas a serviços.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que iria votar favoravelmente o Orçamento, não apenas por solidariedade institucional, pessoal e política, mas sobretudo por uma questão do trabalho da Comunidade. Prosseguiu afirmando que a CIMLT tinha um grande grau de performance de aproveitamento dos Fundos Comunitários e a sua liderança era intensa. Tinha feito um trabalho de execução e tinha tido capacidade de fazer coisas, que no fundo tinham muito a ver com as características de liderança da Comunidade. O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal fez, entretanto, uma sugestão. Percebendo as dificuldades que esta matéria tinha, sugeriu que a CIMLT tivesse projetos verdadeiramente intramunicipais. Segundo o senhor Presidente, havia duas metodologias de fazer isto. Uma delas seria a metodologia trotskista, que era juntar as partes a partir das bases, e “o todo é igual à soma das partes”. Portanto, 2 ou 3 dezenas de Bienais para os desfavorecidos irem ver Arte. Partia-se da base, fazia-se isto e somavam-se projetos. Depois, havia uma outra fase muito difícil, sobretudo para o Presidente da Comunidade Intermunicipal, que era ter projetos intermunicipais. Ou seja, uma espécie de centralismo democrático, um método oposto ao trotskismo. E não era fácil. Bastava ver o projeto da Segurança Rodoviária e da dificuldade em pô-lo em prática. Deu depois exemplos de projetos intermunicipais que poderiam existir. Começou por falar de um projeto de inovação social. Um projeto que exigia candidatura de pelo menos 3 Municípios. Haveria dois ou três projetos destes que poderiam ser feitos para passar esta fase. Prosseguiu dizendo que tinha já falado com o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e sabia das dificuldades que o Presidente tinha em fazer isto. Mas o Presidente podia ter na Assembleia Intermunicipal a ajuda para fazer estas coisas. E com gente tão qualificada, podia ir a esses projetos que não eram aqueles que afetos à CIM, e ir aos outros para os apanhar, com tanta qualificação. Foi o desafio que deixou.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, e em resposta ao senhor Deputado André Gomes, explicou que a CIMLT era uma NUT III



el. *[Handwritten signature]*

e não uma NUT II. Aquilo que o senhor Deputado tinha falado fazia sentido com a Regionalização. Isso era uma grande questão. Mas fazia sentido numa NUT II, onde os serviços da Administração Desconcentrada do Estado estavam representados ao nível das Direções Regionais. Se a CIMLT fosse uma NUT II podia eventualmente ter aspirações a fazer isso, mesmo sem ter as competências. O problema era que a Comunidade Intermunicipal era o equivalente à NUT III da Lezíria do Tejo. Tinha uma característica histórica importante, que era o facto de resultar, na sua esmagadora maioria, daquilo que tinha sido a Associação de Municípios. Mas a verdade é que não tinha, do ponto de vista das competências nem dos recursos, essa capacidade. Prosseguiu lembrando que o senhor Deputado tinha falado, por exemplo, no Tejo. Nesse sentido informou que a CIMLT, o Médio Tejo e o Oeste tinham participado num conjunto de reuniões para que o projeto do Tejo, vulgarmente chamado de “Alqueva do Tejo” pudesse ser desenvolvido. Tinham reunido com uma série de gente e tinham feito pressão junto de quem podia decidir para que isto pudesse avançar. E a verdade era que o Ministério da Agricultura tinha mandado fazer um conjunto de estudos, para se avaliar o potencial de se fazer algo. Seria um investimento de 4,5 mil milhões de Euros, a 30 anos, para irrigar 300 mil hectares. O objetivo seria construir ao longo do Tejo um conjunto de pequenos diques, algo semelhante ao que existia em Abrantes, sendo que o primeiro seria junto a Vila Franca de Xira, e a partir daí poder-se-ia utilizar esta água que ficaria retida para a irrigação dos campos. Isto era algo que era impossível ser feito pela CIMLT. Se o projeto se concretizasse daria a possibilidade de acabar na prática com a esmagadora maioria dos furos que de momento existiam, de diminuir os custos de produção em muito e controlar muito mais a água consumida. O que perguntaram foi se havia a possibilidade das três CIM fazerem um pré-estudo. Mas do ponto de vista da contratação pública não havia forma de o fazer. Assim, tinha acabado por ser o Ministério da Agricultura, segundo notícias, a ficar com esta situação em mãos, para fazer o tal levantamento e estudo. Referiu ainda que na questão da agricultura, existia um projeto com o INIAV e com uma série de parceiros, que era um bom exemplo daquilo que o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal falava. Tinham sido aprovados 5,2 milhões de Euros de Fundos Comunitários, para investir na Fonte Boa, em inovação, sobretudo laboratórios e tudo aquilo que pudesse criar condições para que a seguir estivessem naquele local laboratórios de excelência, onde as empresas pudessem chegar e conseguir resolver o seu problema e transferir conhecimento para o setor agrícola. Continuou lembrando que quem se senta no Conselho Intermunicipal defende em primeiro lugar os seus Concelhos. Mas todos os Presidentes de Câmara tinham-se juntado e tinham decidido que não estão ali a concorrer a pequenas coisas e estavam disponíveis para porem todas as suas fichas no mesmo sítio. Disse duvidar que houvesse mais alguma CIM que tivesse feito algo semelhante. No que diz respeito à questão de fixar a população, o senhor Presidente lembrou, por exemplo, a criação de condições para que o PART –

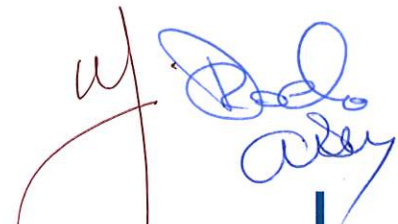


Programa de Apoio à Redução Tarifária estivesse em vigor o mais rapidamente possível. A redução e os ganhos eram de tal forma grandes que compensava viver na Lezíria do Tejo. Isto também ajudava a fixar pessoas e era uma medida intermunicipal. Referiu que a Lezíria do Tejo tinha sido a única CIM que, com a Área Metropolitana de Lisboa, tinha apresentado os estudos de forma a que estivessem claras as vantagens de todas as partes envolvidas. Informou ainda que estavam também prontos para lançar um concurso público internacional para o serviço público rodoviário de transportes. Isto era um trabalho intermunicipal. Mas concluiu dizendo que tinham essa dificuldade de irem mais além em relação à questão das competências.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando se a rede de concessão e licenciamento de transportes coletivos, que se candidatam as empresas privadas, eram definidas através de um projeto conjunto entre a CIMLT e a Área Metropolitana de Lisboa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que quando tinha acabado a Rodoviária Nacional passaram a haver várias concessões. E a CIMLT tinha passado a ser Autoridade de Transportes. Então, a CIMLT tinha feito tudo aquilo que era necessário para poderem lançar o concurso público internacional. Relativamente ao transporte rodoviário inter-comunidades, a CIMLT falou obviamente com as outras CIM. Trata-se de um concurso para 5 anos. Mas isto não tinha a ver com o PART. O PART era o programa de apoio à redução tarifária. Na prática permitia reduzir em 30% os valores pagos no comboio e 35% no transporte rodoviário. No caso de Azambuja, fazendo parte do distrito de Lisboa e da CIMLT, tinha-se conseguido que os comboios suburbanos ficassem 40,50 euros. A CIMLT defendia ainda que o PART se alargasse até à Estação de Comboios de Mato Miranda. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal quis também lembrar a empresa Águas do Ribatejo, por continuar a ser a única empresa intermunicipal do país, com gestão de alta e baixa, de água e saneamento e a única totalmente pública. O senhor Presidente lembrou que as Águas do Ribatejo tinham nascido da Comunidade e da perseverança do doutor António Torres e, desde Maio de 2009, a empresa tinha tido resultados positivos. Todos os Presidentes de Câmara tinham entendido que o melhor para a gestão pública era capitalizar a empresa e, na vez de cada Município ficar com os respetivos lucros dos resultados positivos, tinham deixado o dinheiro na empresa para que ela pudesse continuar a fazer investimentos. Este era um exemplo de um projeto intermunicipal que tinha dado muita briga, muita questão política, mas que no presente era exemplar no país e no Banco Mundial.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, pedindo para esclarecer se este projeto tinha nascido da obrigatoriedade de ter de haver distribuição de águas intermunicipais, se tinha sido de agregação dos Presidentes de Câmara,



ou imposto por cima.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que tinha havido uma série de gente que tinha entendido que podia fazer concessões. E havia os Presidentes de Câmara que entendiam que o projeto podia ser intermunicipal. O que passou a haver foi uma bonificação, dizendo o seguinte: quem estivesse em intermunicipal tinha apoios. Explicou que as Águas do Ribatejo eram geridas pelos Municípios, sempre tinham sido e os Presidentes tinham assumido os defeitos e virtudes do sistema. Prosseguiu falando da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT, que tinha permitido, por exemplo, a questão de eficiência energética. Lembrou que a Lezíria do Tejo tinha sido a única CIM com um projeto global para a questão da eficiência energética, com reduções de CO2 e de consumo enormes. Pelo facto de ter tido muito boa execução, a CIMLT tinha conseguido entretanto na reprogramação 7,8 milhões de Euros a mais para a eficiência energética. Isto era fruto de decisões intermunicipais. A CIMLT tinha andado cerca de 2 anos com os técnicos, luminária a luminária, com georreferenciação, a definir o que deveria ser feito, tendo tido um trabalho exemplar. O senhor Presidente falou também do Laboratório de Ruído. Começou por dizer que não havia nenhuma CIM que tivesse este tipo de laboratório a funcionar. No Sucesso Escolar tinham também os psicólogos, professores, etc, a trabalhar diretamente com as Autarquias. No Urbanismo havia reuniões mensais, com os técnicos dos 11 Municípios a trocarem opiniões, articularem formulários e perceberem o que é que se podia fazer em termos globais. Nas Refeições Escolares, a CIMLT tinha conseguido o melhor preço/qualidade. Portanto, o senhor Presidente disse não ter dúvidas de que era possível fazer mais. Percebia onde queriam chegar, falando de projetos intermunicipais. Mas uma coisa era certa. Independentemente das forças políticas que estavam representadas no Conselho Intermunicipal da CIMLT, tinha sido prática da casa estarem sempre juntos, mesmo que alguns entendessem que havia áreas que não tinham grande interesse. Por exemplo, o projeto do Sucesso Escolar, como ele estava pensado no início, porque tinha um conjunto de restrições, referiu que ele tinha sido o único Presidente de Câmara a dizer que não deviam mobilizar esta prioridade de investimento, porque havia ali algumas questões que tinham a ver com o financiamento e com aquilo que eram as metas. Mas todos os restantes Presidentes queriam. E, depois, o senhor Presidente foi o primeiro a avançar. Ou seja, no Conselho Intermunicipal já se tinham tomado decisões em que havia Presidentes de Câmara que diziam que não tinham interesse. Ainda assim, estavam todos e iam todos, mesmo que tivessem de discutir. Na opinião do senhor Presidente, isso era um ganho enorme para aquilo que era esta Comunidade. Tomavam sempre uma posição conjunta e era isso que fazia a diferença desta Comunidade. Outro projeto tinha a ver com os Sapadores Florestais, tendo havido também CIMs que não quiseram este projeto. A CIMLT disse “presente”, apesar de haver Municípios que já tinham equipas de Sapadores



Handwritten signatures in red and blue ink.

Florestais. Tratava-se de um serviço à região e só tinham a ganhar com isso. Mas estavam disponíveis para receber contributos sobre outras áreas que poderiam estudar. Se fosse uma área onde pudessem intervir iriam estudar e iriam fazer. Da parte da Assembleia, se houvesse sugestões, iriam estudá-las, dentro daquilo que fossem as possibilidades.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que o projeto Cultura para Todos tinha a mesma filosofia do projeto do Sucesso Escolar. Neste último, comparativamente com projetos idênticos de outras CIM, tinha acontecido aquilo que o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal tinha dito. Tinha sido feito um projeto intermunicipal com base no montante que tinha sido atribuído à CIMLT e do qual faziam parte 12 parceiros: a CIMLT e os 11 Municípios. Nas outras CIM tinham pegado no montante que estava afeto ao Sucesso Escolar, tinham repartido por cada uma Câmaras e cada uma estava a fazer o seu trabalho. Não havia uma identidade regional, não havia um projeto regional e a CIMLT congratulava-se por ter ações comuns e únicas, a serem desenvolvidas nos Municípios. O senhor Primeiro-Secretário aproveitou para informar que a CCDR tinha escolhido o projeto da CIMLT para fazer uma apresentação sobre o Sucesso Escolar aos Comissários Europeus. Prosseguiu dizendo que o Projeto Cultura para Todos não era a soma das partes. Existiam cerca de 30 ações possíveis e acabaram por ficar 15, por decisão dos senhores Vereadores. Havendo projetos municipais que poderiam envolver toda a comunidade, como a Bienal de Coruche, tal seria replicado nos restantes Municípios. Na sequência das várias reuniões realizadas com os senhores Vereadores da Cultura, a prioridade de momento era fechar a candidatura e desenvolver o Projeto, mas já tinha ficado definida a intenção de começarem a existir reuniões mensais com os senhores Vereadores, para todos estudarem a possibilidade de ter intervenções ao nível da comunidade, que fossem aceites e revistas por todos. Os tais projetos que iriam abranger outro público-alvo geral, que não fosse aquele público-alvo da candidatura, onde só eram elegíveis ações para as pessoas com dificuldades.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, agradecendo os esclarecimentos e considerando que esta tinha sido uma das melhores Assembleias Intermunicipais sobre este assunto. Tinha sido feito um caminho onde não tinha sido possível logo à partida ter um caminho topdown, de cima para baixo. Ou seja, os projetos iriam rodar em todos os sítios, para alguns dias, noutras formas, conseguir-se fazer coisas, como era o caso do Cultura para Todos.-----

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2023 e Mapa de Pessoal para 2020**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----



Handwritten signatures in blue and red ink.

--- Votos a favor: 33 (PS, PSD e CDU):-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2020-2023.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, considerando que não perdiam nada em aprofundar as discussões sobre os temas na Assembleia Intermunicipal, na vez de delegarem as decisões no Conselho Intermunicipal. Portanto, informou que não podia acompanhar esta situação, embora o entendesse do ponto de vista da operacionalidade. Mas não queria sobrepor a operacionalidade à democraticidade das discussões e do aprofundamento das temáticas que se deviam ter, na opinião do senhor Deputado. Isto era como se o Governo chegasse à Assembleia da República, pedisse delegação de competências e evitasse as discussões que se tinham na Assembleia. Terminou a sua intervenção dizendo que esta delegação de competências não ajudava a Democracia e os debates democráticos, que no seu entender se deviam ter nestas regiões.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que na Assembleia Intermunicipal tinham sido votadas as Grandes Opções do Plano. E aquilo que neste ponto se estava a pedir autorização era para uma Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais, cuja despesa estivesse prevista nas Grandes Opções do Plano. Estavam, portanto, a falar de assuntos que muitas vezes passavam pela Central de Compras Eletrónicas, que eram valores de elevado montante e em que a questão da discussão estava no Orçamento. Ou seja, todos os assuntos que tinham de vir à Assembleia Intermunicipal vinham.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2020-2023**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 33 (PS, PSD e CDU):-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2019, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2019-2022, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas.**-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2019, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2019-2022, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos**



Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano

Agora Revistas, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 33 (PS, PSD e CDU):-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

--- De seguida foi lida pela **senhora Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, a Minuta da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 27 de Novembro de 2019, tendo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Após leitura da Minuta da Ata e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- PRESIDENTE DA MESA _____ *Francisco Caneira Madelino*

--- VICE-PRESIDENTE DA MESA _____ *Christina Antunes de Comyn*

--- SECRETÁRIA DA MESA _____ *Dina Rocha*